



NOVAS E ANTIGAS FORMAS DE HABITAR O RURAL

CICLO DE CONFERÊNCIAS NO ÂMBITO DO DIA MUNDIAL DA ARQUITECTURA

3 DE OUTUBRO 2011

RETIRO DA FRAGUINHA (S. PEDRO DO SUL) | +40° 51' 15.60", -8° 10' 44.37"

www.binauralmedia.org

FICHA TÉCNICA

Organização

Binaural – Associação Cultural de Nodar e Associação Aldeias de Magaio

Financiamento

Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian

Parceiros

Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Núcleo de Viseu da Ordem dos Arquitectos, Pés na Terra, Estado|MOV, arquitectura, urbanismo e design

Equipa

Coordenação: Luís Costa e Maria Carlos Valverde

Produção: Carina Martins e Ana Fernandes

Contactos

Binaural / Nodar

Rua de Camões, N° 6 – 1° Dto. Frente

3660-482 São Pedro do Sul

Tel. 232 723 160

Email: info@binauralmedia.org

<http://www.binauralmedia.org>

Como Chegar ao Retiro da Fraguinha

Auto-estrada A25 até saída Vouzela / São Pedro do Sul. Seguir EN 333 em direcção a São Pedro do Sul (passando por Vouzela). Em São Pedro do Sul seguir pela EN 227 em direcção a Santa Cruz da Traça. Em Santa Cruz da Traça cortar à direita em direcção à Fraguinha, subindo a serra.

INSCRIÇÃO GRATUITA, mas OBRIGATÓRIA, com o custo de 6.00 euros para o almoço.

Inscrições através do telefone 232 723 160

Email: info@binauralmedia.org

ENQUADRAMENTO

A Binaural/Nodar, através da Nodar Rural Art Lab, desenvolve desde 2006 um trabalho de relação criativa com o espaço rural, através do qual são produzidos e acolhidos projectos artísticos contemporâneos em contexto específico na aldeia rural de Nodar, situada no maciço montanhoso da Galheira (concelho de S. Pedro do Sul, distrito de Viseu). Os artistas residentes, no âmbito do desenvolvimento dos projectos artísticos, são encorajados a estabelecerem interações com a região, seu espaço geográfico, arquitectónico e social, sua identidade e memória. Desde Março de 2006 que residiram temporariamente em Nodar mais de 100 artistas contemporâneos (nas áreas de arte sonora, vídeo e multimédia), os quais desenvolveram trabalho criativo sobre alguns dos seguintes temas: memória colectiva, lendas e mitos, identidade, género e idade, topografia, toponímia, música, património sonoro, paisagem, arquitecturas, formas de habitar, vegetação, água e fogo, dinâmicas de consumo e de ócio, artefactos e utensílios, vida e morte, língua, agricultura e pastorícia.

A Binaural/Nodar está a dedicar toda a sua intervenção criativa de 2011 à importância da voz e da oralidade na vivência rural, tema que tem sido apresentado numa multiplicidade de formas tradicionais e contemporâneas no Festival Vozes de Magaio – Abrigar e Transumar a Tradição Oral, cujo último módulo decorrerá entre 1 e 3 de Outubro de 2011 nas freguesias de Candal e Manhouce (ambas do concelho de São Pedro do Sul).

No âmbito do referido festival, decorrerá no dia 3 de Outubro no Retiro da Fraguinha (freguesia de Candal), o ciclo de conferências “Novas e Antigas Formas de Habitar o Rural”.

OBJECTIVO

O ciclo de conferências pretende celebrar o DIA MUNDIAL DE ARQUITECTURA através de uma reflexão multidisciplinar sobre as formas e usos ancestrais das tipologias arquitectónicas associadas à produção agrícola e dos modos possíveis para a sua reutilização, tendo em conta o novo paradigma pós-agrícola que se vive actualmente na grande maioria dos espaços rurais Portugueses. Estarão presentes habitantes da região, com conhecimento das técnicas de construção tradicionais e dos modos antigos de viver os espaços construídos e especialistas de diferentes áreas disciplinares (arquitectura, sociologia, desenvolvimento rural, economia e arte), os quais representam um grande diversidade de organizações: autarquias, associações culturais, universidade, entidades de desenvolvimento regional, etc.).

O ciclo de conferências é coordenado por Luís Gomes da Costa (presidente da Direcção da Binaural/Nodar e da Associação aldeias de Magaio, uma rede de aldeias serranas do maciço da Galheira) e Maria Carlos Valverde (mestranda em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e co-fundadora do Estado|MOV, arquitectura, urbanismo e design) e apoiada pelo Núcleo de Arquitectos da Região de Viseu.

Os conteúdos das apresentações serão objecto de uma publicação posterior, a editar em formato eBook pelas Edições Nodar, o projecto editorial da Binaural/Nodar.

PROGRAMA

10h00-10h15	SESSÃO DE ABERTURA
10h15-10h45	“A casa da Alzira” Francisco Keil do Amaral, Arquitecto
10h45-11h15	“Turismo: Nova Função em Territórios Rurais” Adriano Azevedo, Professor
11h15-11h30	DEBATE
11h30-11h45	COFFEE BREAK
11h45-12h15	“Museus de sítios e de territórios” Fernando Maia Pinto, Arquitecto
12h15-12h45	“Arouca Geopark – valorização, interpretação e promoção de Geossítios” António Carlos Duarte, Economista
12h45-13h00	DEBATE
13h00-14h00	ALMOÇO
14h00-15h00	VISITA À ALDEIA DO CANDAL
15h00-15h30	“Alguns apontamentos históricos sobre as estruturas e formas de habitar o rural no maciço da Gralheira” Arlindo Dias, Habitante
15h30-16h00	“Metamorfoses da habitação no espaço rural: permanências e rupturas” Isabel Raposo, Arquitecta
16h00-16h30	“Ervas, árvores, gente igual à outra e parolos vestidos de “coronel tapioca” – um mundo rural entre o desaparecimento e a reinvenção” Elisabete Figueiredo, Socióloga
16h30-16h45	DEBATE
16h45-17h00	COFFEE BREAK
17h00-17h30	“Espaço Rural e Novas Políticas de Desenvolvimento Territorial em Curso na Suíça e em Portugal” Fernando Gonçalves, Arquitecto
17h30-17h45	“Paisagem, Património e Participação no Território das Aldeias de Magaio” Luís Costa, Economista Maria Carlos Valverde, Arquitecta
17h45-18h00	DEBATE FINAL
18h00	ENCERRAMENTO

RESUMOS

Francisco Keil do Amaral, “A casa da Alzira”

Sob a forma de uma pequena crónica, que aborda um caso real mas quase parece uma fábula, procura retratar-se a enorme transformação que sofreu o habit rural português em cerca de meio século. Qual o futuro deste mundo em extinção? Não sei dizer. Um país de sobreviventes, que recebem turistas? Uma população jovem a regressar às origens? Refazer tudo, com a criatividade e competitividade que são, dizem, os grandes valores do tempo actual?

Arquitecto, elaborou o Ante-Plano de Urbanização da vila do Tramagal (Abrantes) (1960). Foi técnico superior na Câmara Municipal do Funchal, participando em equipas pluridisciplinares para o estudo do Plano Director do Funchal (1969-1970). Posteriormente leccionou no Ciclo Preparatório na Escola Francisco de Arruda em Lisboa (1971-1972). Participou em equipas pluridisciplinares para o estudo do Plano de Ordenamento Territorial do Distrito de Ponta Delgada (1973-1974). Orientou as equipas responsáveis pelos projectos de três bairros sociais no concelho de Loures, no âmbito do Programa SAAL (1974-1976) e as equipas dos Planos de Salvaguarda de Lamego, Castelo Mendo e Castelo Bom (1977-1986). Cooperou em Moçambique, na Direcção Nacional de Habitação do Ministério das Obras Públicas e, posteriormente foi técnico das Nações unidas na Secretaria de Estado da Cultura do mesmo país. Durante este período orientou as equipas dos Planos de Salvaguarda da Ilha de Moçambique e Baixa de Maputo e leccionou Desenho Técnico na Escola de Artes Visuais em Maputo. (1977-1986). Foi Técnico Superior na Câmara Municipal de Loures (1986-1994), técnico Superior na Câmara Municipal de Nelas (1994-2005). Recentemente foi Professor de Projecto no Curso de Arquitectura ministrado no Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa (2004-2010) e desde 2007 é Presidente do Núcleo de Arquitectos da Região de Viseu.

Adriano Azevedo, “Turismo, nova função em territórios rurais”

Os territórios rurais estão num processo de múltiplas transformações neste cenário pós-agrícola, esta antiga função, desenha novas funções, entre elas o turismo.

Pretende-se com esta apresentação uma análise de algumas iniciativas de sucesso no âmbito das intervenções das entidades que represento, Câmara Municipal de São Pedro do Sul e Turismo Centro de Portugal, assumindo o turismo como nova função em territórios rurais e instrumento para a requalificação, reutilização e revalorização do Património Rural.

Vereador da Câmara Municipal de São Pedro do Sul e Vice-presidente do Turismo Centro de Portugal

Fernando Maia Pinto, “Museus de sítio e de território”

“Desde a minha formação na ESBAP, anos 60/70, a recuperação do património foi a minha vida até hoje. Falar deste longo percurso escolar, SAAL; IPPC; IPPAR; IGESPAR; Museus de sítio e de território, numa perspectiva de interrogação quanto ao futuro é a intenção da minha intervenção neste colóquio. Espero contribuir para uma perspectiva de desenvolvimento do nosso País a partir da coisa cultural.”

Arquitecto, formado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes da Universidade do Porto, trabalhou no atelier do Arq. José Pulido Valente (1969-1973). Fez serviço militar elaborando vários

projectos na base de Força Aérea , pertencendo ao MFA, Comissão Coordenadora da Força Aérea (1973-1976). Foi Chefe de Brigada do Serviço Ambulatório Local (SAAL), em Espinho (1975-1976) e regressou ao atelier do Arq. José Pulido Valente (1975-1977). Foi docente do ensino preparatório (1978-1979). Fundou o Curso Superior de Arquitectura da Árvore, hoje ESAP (Escola Superior Artística do Porto), sendo responsável pelas cadeiras de arquitectura I, II e III (1980-1981), posteriormente director do Curso de Arquitectura da Árvore (1983-1984). Foi requisitado pelo IPPC-Norte, elaborando diversos projectos no domínio do restauro e recuperação na Aldeia de Freixo (Tonóbriga), bem como estudo e interpretação de diversos edifícios, processos construtivos e urbanismo da mesma aldeia, em colaboração com o director da Áreas Arqueológica do Freixo) (1990-1984). Foi eleito membro do Conselho de Delegados da associação portuguesa de arquitectos e elaborou vários projectos de reabilitação para entidades públicas e particulares (1990-1997). Foi nomeado Director de Serviços do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1997). Foi o responsável pelo Projecto de Arquitectura do Parque da Pasteleira do Porto (2001). Foi destacado para o Instituto Português de Arquitectura para exercer funções na Direcção Regional do Porto do IPPAR, com a categoria de Assessor Principal da carreira Técnico Superior (2005), posteriormente nomeado em regime de substituição para o cargo de Chefe de Divisão de Salvaguarda da Direcção Regional do Porto no IPPAR (2006). Actualmente é Director do Museu do Douro a convite do Conselho de Administração (2007).

António Carlos Duarte, “Arouca Geopark – valorização, interpretação e promoção de Geossítios”

Apresentação do território Arouca Geopark, membro das Redes Europeia e Global de Geoparques sob os auspícios da UNESCO, desde Abril de 2009, com principal destaque para a sua estratégia de desenvolvimento territorial e os novos projectos para a valorização, interpretação e promoção do património geológico, cultural e paisagístico.

António Carlos Duarte é economista, exerceu largos anos a função de técnico superior da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Regional do Montemuro, Arada e Gralheira e é atualmente Coordenador Executivo da AGA – Associação Geoparque de Arouca.

Arlindo Dias, “Alguns apontamentos históricos sobre as estruturas e formas de habitar o rural no maciço da Gralheira”

Uma breve panorâmica histórica sobre os usos e técnicas de construção tradicionais de estruturas de habitação e de apoio agrícola no maciço da Gralheira, São Pedro do Sul. Casas de habitação, currais, lagares, moinhos de água, pisões, muros de pedra seca, etc. As divisões de uma casa rural tradicional e as respectivas tipologias de uso.

Arlindo Cunha é habitante na aldeia de Rompeçilha, concelho de São Pedro do Sul. Agricultor de profissão, estudou até à antiga quarta classe, o que não o impediu de aprofundar as características de verdadeiro investigador: curiosidade insaciável, persistência, espírito crítico e paixão absoluta por tudo o que se relaciona com o espaço geográfico e humano onde lhe calhou nascer e viver.

Isabel Raposo, “Metamorfoses da habitação no espaço rural: permanências e rupturas”

A comunicação assenta numa reavaliação de estudos empíricos realizados nos anos 90, no Norte e no Sul de Portugal, sobre as transformações da habitação popular, em meio rural e sobre a ruptura introduzida pelas casas dos emigrantes. Parte-se de um breve olhar sobre os diferentes tipos de casa adaptados aos sítios e aos modos de vida e significativos dos grupos sociais, discursando sobre a sua lenta evolução até meados do século XX. Mergulha-se na emergência de um novo modelo de casa mais urbano, a casa do emigrante, uma arquitectura sem arquitectos – casa de sonhos para uns, responsáveis pela degradação da paisagem rural, para outros – abordando a sua concepção e produção, as novas formas e a nova organização espacial para os antigos e novos usos, a difusão do modelo e as variações no tempo e no espaço. Olhando no entorno observam-se as transformações que se vão operando nas casas dos não emigrantes em meio rural. Num salto até ao presente, questionam-se os impactos dos novos actores, residentes ou intervenientes, em meio rural, nos novos tipos habitacionais: desde os projectos de desenvolvimento ou patrimoniais aos novos habitantes urbanos instalados em meio rural.

Arquitecta, doutorada em urbanismo pela Universidade de Paris XII, é actualmente Professora Associada da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), onde lecciona várias disciplinas a nível do Mestrado e do Doutoramento, coordena o MasterErasmus Mundos Estudos em Urbanos em Regiões Mediterrânicas e o GESTUAL (Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e Acção Local) do CIAUD (Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design) da FAUTL. Coordenou e foi membro de vários projectos de investigação. Nos anos 90, foi consultora da Câmara Municipal de Loulé e da Associação in Loco; entre 1979 e 1989 trabalhou em Moçambique, na Direcção Nacional de Habitação e posteriormente no Instituto Nacional de Planeamento Físico. Actualmente as suas áreas de investigação são as periferias urbanas, em particular, os bairros populares, autoconstruídos, ditos informais ou de génese ilegal, em Portugal e nos países em desenvolvimento com foco nos PALOP. Durante alguns anos, o seu olhar dirigiu-se para o mundo rural; Nestes dois territórios, peri-urbano e rural, a questão da transformação da habitação popular, (sub)urbana e rural, ocupa um lugar central, tecendo pontes com o desenvolvimento urbano e rural e com a reabilitação do património. Tem vários livros e artigos publicados de que se destacam, sobre o tema da habitação rural, Casas de sonhos, em edição francesa e portuguesa (1994 e 1995, em co-autoria com Villanova e Leite) e Alte na Roda do Tempo (1994).

Elisabete Figueiredo, “Ervas, árvores, gente igual à outra e parolos vestidos de ‘coronel tapioca’ – um mundo rural entre o desaparecimento e a reinvenção?!”

*Fui até ao campo com grandes propósitos.
Mas lá encontrei só ervas e árvores,
E quando havia gente, era igual à outra.*

(Álvaro de Campos – Tabacaria)

Esta comunicação parte da constatação, amplamente debatida e documentada, das múltiplas e dramáticas transformações que os mundos rurais foram sofrendo ao longo das últimas décadas nas sociedades ocidentais em geral e, na sociedade portuguesa em particular para debater os conteúdos e as consequências das novas formas de habitar e de viver o rural em Portugal.

As mudanças referidas representaram simultaneamente o fim e a ressurreição de muitas áreas rurais, mas não permitem afirmar a sua diluição no urbano. As diferenças, as especificidades do campo permanecem e têm tanto um carácter objetivo (são espaciais, económicas, sociais, culturais e políticas) como, cada vez mais, uma natureza subjetiva e simbólica (nas representações sociais). Ainda que as transformações mencionadas e as suas causas e consequências sejam variáveis de acordo com os lugares a que nos reportamos (o rural é plural de muitas maneiras), uma das suas faces mais visíveis (e que é central tanto no fim como nos processos de reinvenção do rural) foi a perda do monopólio da atividade agrícola. O rural passou, em grande medida, de lugar de produção a lugar de consumo. O rural que assim tem desaparecido (nitidamente em Portugal muito na sequência da negligência política a que tem sido votado desde há 50 ou 60 anos) desenhando(se) (no) declínio de um tempo longo, já não é predominantemente agrícola e se é ainda agrícola é cada vez menos rural. Trata-se de um rural que está para além da agricultura e que tem vindo crescentemente a ser definido, nas análises académicas como nos discursos políticos, como espaço multifuncional. Ocupam lugar destacado entre as novas vocações e funções atribuídas ao mundo rural, aquelas que o transformam efectivamente em lugar de consumo ou em lugar para ser consumido, designadamente a preservação do ambiente; o turismo e o recreio; e a produção de alimentos típicos e tradicionais. Estas funções não têm (sobretudo em Portugal) representado alternativas eficazes de sobrevivência, mas têm beneficiado alguns atores e agentes (alguns deles rurais) e contribuído para a promoção de um discurso idílico sobre a ruralidade (de não rurais) e para dinamizar processos de reconfiguração e de reinvenção de alguns territórios.

O rural é atualmente palco de novas procuras, exigências e consumos que não são gerados internamente, mas essencialmente derivam de imagens (geralmente muito positivas) que as populações urbanas associam a este território. É com base neste imaginário que se constroem as novas vocações destes espaços e se desenha a sua nova vida. Uma vida que é, hoje, quase sempre vivida por interpostos atores. Uma outra vida concebida como experiência para os outros, os que não são de lá e lá não querem viver, apenas visitar e estar de passagem. Tudo neste rural reinventado se transforma em produtos consumíveis, de modo a satisfazer as procuras exteriores – o ar, a água, as ervas, as árvores, os animais, as paisagens, as casas, a gente (que é afinal) exatamente igual à outra gente que vem de fora para ver o campo. Porque

¹ Esta apresentação encontra-se muito sustentada na introdução de um livro saído recentemente: Figueiredo, E. et. al (Coord.) *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*, Castro Verde: 100Luz Editora.

de atores em trânsito se trata, os turistas rurais ou os novos parolos vestidos de coronel tapioca (para utilizar uma expressão do escritor catalão Julio Llamazares) poucas marcas concretas parecem deixar no rural. São, de facto, vários os autores que têm demonstrado os escassos contributos económicos e sociais do turismo para o desenvolvimento local das comunidades rurais. Mas estes outros representam a possibilidade de novos futuros para o mundo rural, de novos modos de habitar e de viver (?) nesse mesmo mundo. E são eles, atualmente, quem mais determina o futuro dos territórios rurais e as suas (re)configurações.

O rural é hoje um lugar de encenação, que é encenado e se encena para o consumo dos urbanos. O mundo rural é cada vez menos rural, porque é cada vez mais um produto, uma projecção urbana. Assim reinventado à imagem e semelhança das representações e necessidades urbanas, é hoje exigido ao mundo rural que seja puro, higiénico, inodoro, saudável, pós-moderno. Que encerre simultaneamente os sinais do passado e os confortos e as facilidades do presente. Que encene experiências de autenticidade que, pelo seu esvaziamento de pessoas, atividades económicas e dinâmicas sociais, já pouco terão de autêntico. Este estranho paradoxo é suscetível de produzir inúmeras perversidades e desencontros. Especialmente se considerarmos que o que os habitantes rurais (sobretudo os que estão à margem das novas funções do rural) vivem e desejam é outra coisa, com muita frequência aquilo que os urbanos já não querem e já não reconhecem como o desenvolvimento. Este desencontro entre as velhas e as novas formas de habitar e de viver (n)o rural tem uma natureza plural e pode gerar igualmente conflitos diversos que uma vez mais, as políticas e estratégias de desenvolvimento, parecem querer ignorar.

Elisabete Figueiredo é socióloga (ISCTE – IUL, 1989), doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro (UAVR) é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da UAVR. É investigadora efectiva do GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (UAVR) e investigadora associada do CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Portugal) e do IBIMET – Consiglio Nazionale delle Ricerche, Itália no grupo de Desenvolvimento Rural e Identidade Cultural. Desde 2010 é membro do Grupo de Peritos do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (agora Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território), para o debate da PAC pós-2013. Desde 2010 Faz parte da equipa de Coordenação da Secção Ambiente e Sociedade da Associação Portuguesa de Sociologia. Desde 2008 é membro da Direcção da SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e, desde 2007, do Conselho Consultivo da ANIMAR – Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local. É membro da ESRS – European Society for Rural Sociology e da APDR – Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Esteve e está envolvida em diversos projectos de investigação com financiamento europeu e nacional nas áreas do Desenvolvimento rural, Turismo rural e Percepções sociais de riscos ambientais (que são também as suas principais áreas de investigação). É autora e co-autora de mais de 100 publicações e comunicações, publicadas em livros, revistas e actas de conferências (de âmbito nacional e internacional).

Fernando Gonçalves, “Espaço Rural e Novas Políticas de Desenvolvimento Territorial em Curso na Suíça e em Portugal”

Por razões circunstanciais, a lei suíça do ordenamento do território (Loi sur l'aménagement du territoire, LAT, 1979) foi uma das principais fontes inspiradoras da lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (LBOTU, Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto). De acordo com as orientações estabelecidas no programa do XIII Governo Constitucional (1995-1999), presidido por António Guterres, a LBOTU procurou dignificar o espaço rural, uma entidade que passou a ser designada de forma positiva (área rural), em vez de ser classificada por uma expressão negativa (área não urbanizável). Esta opção estava em consonância com o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC, 1997), documento que iria influenciar as políticas europeias de desenvolvimento territorial praticadas no decurso da primeira década do novo milénio. Contudo, em Portugal e em contraste com a Suíça, a promessa de revalorização do espaço rural não dispôs de uma base social suficientemente forte para poder contrariar uma homogeneização do espaço conduzida por falsas noções de urbanidade, fenómeno que tem sido alimentado por visões que confundem a cidade com um conglomerado de edifícios e que ignoram a dimensão comunitária inerente aos espaços de vida colectiva, sejam eles urbanos ou rurais. Entre outros indícios desta divergência, destacamos a pouca convicção com que, entre nós, têm sido defendidas as políticas de combate à dispersão urbana, bem como a falência de uma política nacional de arquitectura disposta a discutir a desfiguração dos campos por objectos suburbanos inomináveis – um debate que, na vizinha Galiza, tem girado em torno do feísmo. Perante estas condições, no caso de Portugal podemos formular a hipótese de que a última década foi caracterizada por uma forte colonização interna do espaço rural, movida pelos mecanismos que insuflaram a bolha imobiliária e que muito provavelmente irão ser postos em causa pela presente crise económica e financeira, sem que isso signifique, necessariamente, uma melhoria geral do estado de coisas. O presente texto procura salientar as linhas de força subjacentes a estas transformações, a partir do contraponto entre as políticas de desenvolvimento territorial correntemente praticadas na Suíça e em Portugal.

Arquitecto, especialista em planeamento urbano pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil; membro do grupo de trabalho para elaboração do anteprojecto de LBOTU (1995-1998); representante da Ordem dos Arquitectos junto da Comissão Consultiva do PNPT, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2005-2006); membro honorário do FEPA, Fórum Europeu das Políticas de Arquitectura (desde 2007); membro do grupo de trabalho para propor o conceito e os princípios gerais da política nacional destinada a promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como no meio rural (2009-2011); coordenador do curso de arquitectura ministrado no Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa (desde 2009).

Luís Costa e Maria Carlos Valverde, “Paisagem, Património e Participação Local no Território das Aldeias de Magaio”

Nas últimas décadas tem-se revelado nas zonas rurais do sul da Europa uma crescente tensão entre duas formas de compreensão do mundo rural: o rural enquanto espaço de vitalidade e autenticidade quotidianas e o rural enquanto espaço utópico / artificial que resulta de mecanismos de idealização. Chamamos ao primeiro de espaço vivencial e ao segundo de

espaço de representação. Nesta apresentação iremos analisar várias evidências da tensão entre representação e vivência e a forma como são enquadradas e, até certo ponto, superadas no território serrano das Aldeias de Magaio (concelho de São Pedro do Sul).

Luis Costa

Nascido em 1968 na pequena aldeia rural de Nodar, é licenciado em economia, exercendo presentemente as actividades de dinamizador de património rural, curador e produtor de artes media, cineasta experimental e especialista em recolhas sonoras de zonas rurais. É membro fundador e actual presidente da Binaural / Nodar, uma organização que desde 2006 gere o Nodar Rural Art Lab, um espaço dedicado à criação artística multimédia em contexto rural localizado numa área montanhosa do Centro de Portugal (Nodar, concelho de São Pedro do Sul). Desde 2007 foi curador de várias exposições relacionadas com o trabalho criativo acolhido no Nodar Rural Art Lab. Desde 2008 gere o projecto "Aldeias Sonoras", um programa educacional que consiste no mapeamento sonoro de zonas rurais Portuguesas, com a participação de alunos do ensino primário e secundário. Com este projecto já foi possível mapear os sons de mais de 200 localidades rurais em Portugal. Luis Costa é também o coordenador da rede Aldeias de Magaio, um projecto de inventariação, promoção e valorização de recursos patrimoniais de mais de 20 aldeias de montanha do concelho de São Pedro do Sul. Neste âmbito concebeu recentemente o Arquivo Sonoro das Aldeias de Magaio, um arquivo holístico de tradição oral, gravações sonoras de campo e etnomusicologia. Em 2011 dirigiu "Onde nasce o meu Paiva?", Um documentário sonoro / vídeo experimental sobre o rio Paiva, que foi apresentado durante o Festival Paivascapes # 1. No mesmo ano, publicou nas Edições Nodar um CD de gravações sonoras de campo, juntamente com Jez Riley French e Joana Silva, intitulado "Sonata para Clarinete e Nodar" e co-editou o catálogo retrospectivo e CD duplo "Três Anos em Nodar: Práticas Artísticas em Contexto Específico no Portugal Rural".

Maria Carlos Valverde

Arquitecta, licenciada em Arquitectura de Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA UTL) (2005); bolseira ao abrigo do Programa Sócrates/Erasmus em 2003, frequentando o 2.º semestre do 4.º ano na Faculdade de Arquitectura do Politécnico de Turim; o estágio de ingresso à Ordem dos Arquitectos foi num Gabinete Técnico Local (GTL) em Trancoso - Aldeia Histórica de Portugal, sob a orientação da Prof. Isabel Raposo, colaborando numa equipa multidisciplinar no desenvolvimento de Projectos de Arquitectura em diferentes Escalas: escala do aglomerado urbano/rural, escala do edificado (de utilização colectiva e privada) (2006-2007), no contexto do temática desta conferência destaca-se a colaboração na elaboração do Plano de Aldeia da Cogula; desde 2007 frequenta o Mestrado de Reabilitação e Arquitectura e Núcleos Urbanos da FAUTL, estando em fase de elaboração da dissertação sobre o tema "Património rural como factor de desenvolvimento local – participação da população entre espaços de representação e espaços vivenciais – Cogula e Aldeias de Magaio" sob a Orientação da: Prof. Margarida Moreira e Co-orientação da: Prof. Isabel Raposo; co-fundadora da marca estado|MOV, arquitectura, urbanismo e design, com a Arq. Ângela Aguiar, prestando serviços fundamentalmente em territórios de baixa densidade em contexto rural e na área da reabilitação.